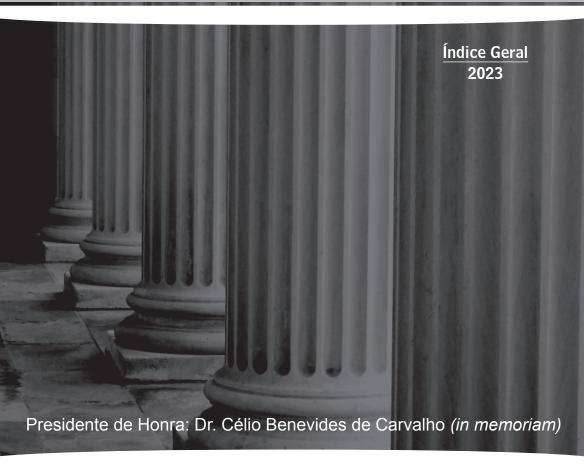
Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário







RevistaDireito Aduaneiro, Marítimo e Portuário

Ano XIII — Índice Anual (Eds. 72 a 77)

Tribunal Marítimo — Portaria nº 30/TM, de 14 de julho de 2021

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Portaria CONJUD nº 610-001/2013

Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Despacho nº TRF2-DES-2021/30696

Tribunal Regional Federal da 3ª Região — Portaria nº 04, de 31.05.2012 — Registro nº 27

Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Portaria nº 942, de 13.08.2013 — Ofício — 1528443 — GPRES/EMAGIS

Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Despacho PA SEI nº 0004428-63.2021.4.05.7000, de 10.07.2023

EDITORIAL IFM — INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

PRESIDENTE DE HONRA: Dr. Célio Benevides de Carvalho (in memoriam)

DIRETOR: Dr. André Benevides de Carvalho

SELDRAS COMUNICAÇÕES

DIRETORA: Selma Martins Hernandez

CONSELHO EDITORIAL

Benjamin Gallotti Beserra (*in memoriam*), Vicente Marotta Rangel (*in memoriam*), Camila Mendes Vianna Cardoso, Mário Povia, Nelson Cavalcante e Silva Filho, Osvaldo Agripino de Castro Júnior, VA Ralph Dias da Silveira Costa, Wilson Pereira de Lima Filho

COMITÉ TÉCNICO

Alexandre Moreira Lopes, Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra, Cláudio Augusto Gonçalves Pereira, Fernando Pieri Leonardo, Karolina Manuel, Ingrid Zanella, João Paulo Alves Justo Braun, José Carlos Higa de Freitas, Kelly Gerbiany Martarello, Laércio Cruz Uliana Júnior, Lucas Leite Marques, Marcel Nicolau Stivaletti, Marcelo de Lucena Sammarco, Solon Sehn, Tainara Bento Ferreira da Paixão, Werner Braun Rizk

Colaboradores das Edições (Eds. 72 a 77)

Adilson Luiz Gonçalves, Alexia Costa, Alice Moreira Studart da Fonseca, Ana Carolina Moreira Balbi de Faria, Andréia Propp Arend, Aylton Bonomo Júnior, Breno Garbois, Bruno Eduardo Budal Lobo, Bruno Fonseca, Caio Morel Corrêa, Camila Mendes Vianna Cardoso, Cláudio Augusto Gonçalves Pereira, Daniel Reis de Oliveira, Daniela Lacerda Chaves, Diogo Bianchi Fazolo, Fernando Pieri Leonardo, Flávia Fardim Antunes Bringhenti, Francielle Carvalho, Frederico dos Santos Messias, Godofredo Mendes Vianna, Harry Schurig, Igor Zanella Andrade Campos, Ingrid Zanella Andrade Campos, Ingrid Zanella Andrade Campos, Isabella Reis de Brito Fernandes, Jorge Sotto Mayor Fernandes Neto, Juan Patricio Cotter, Kelly Cristina Silva Morgero, Leivan Felipe da Silva Carvalho, Leonardo Grecco, Livia Sanches Sancio, Lucas Leite Marques, Luiza Coelho Gualberto, Luna Nóvoa Gomes Jaeger, Marcela Kohlbach de Faria, Márcio Ladeira Ávila, Marco Fábio Morsello, Marcos Ricardo Castilho Javarotti, Mário Povia, Matheus Lourenço de Almeida, Maxweel Sulívan Durigon Meneghini, Maykon Fagundes Machado, Natália Pereira Dias, Natalie Vergari, Osvaldo Agripino de Castro Junior, Pablo Melo de Oliveira, Pablo Sebastián Borgna, Paula Jacques Goulart, Paulo Henrique Reis de Oliveira, Paulo Roberto da Costa Barros, Rafaela Brandão Rocha, Renata Reis Ribeiro Amarante Bardella, Ricardo Falcão, Rodrigo Figueiredo da Silva Cotta, Rosana Kisil, Solon Sehn, Tainá Cristina Braga, Thális Andrade, Werner Braun Rizk

2011 © INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Uma publicação do IEM – Instituto de Estudos Marítimos e da SELDRAS Comunicações.

Publicação bimestral de doutrina, jurisprudência, legislação e outros assuntos aduaneiros, marítimos e portuários.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, sem consentimento expresso dos editores.

As opiniões emitidas nos artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

Os acórdãos selecionados para esta Revista correspondem, na íntegra, às cópias obtidas nas secretarias dos respectivos tribunais.

Distribuída em todo o território nacional.

Tiragem: 2.000 exemplares

Revisão e Diagramação: Dois Pontos Editoração

Artigos para possível publicação poderão ser enviados para o endereço contato@estudosmaritimos.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário.— Índice Geral (Eds. 72 a 77) –São Paulo : Instituto de Estudos Marítimos, 2011- .

v. 12, 23 cm.

Anual ISSN 2236-5338

1. Direito aduaneiro.2. Direito marítimo.3. Direito portuário.

CDU 347.79 CDD 342.29

Bibliotecária responsável: Nádia Tanaka – CRB 10/855

INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Rua Padre João Manuel, 808 — 6º andar — Cerqueira César 01411-000 — São Paulo — SP — Brasil

Telefone para Contato: (11) 3063-1544

Vendas e Renovação: (11) 99676-1162 com Selma M. Hernandez

E-mail: contato@estudosmaritimos.com.br https://www.estudosmaritimos.com.br







Sumário

1.	Assunto Especial	5
2.	Doutrinas	7
3.	Jurisprudência Judicial	8
4.	Ementário	9
5.	Assuntos da IMO, coordenados pelo Estado-Maior da Armada – Marinha do Brasil	
6.	Doutrina Estrangeira	9
7.	Em Poucas Palavras	10
8.	Estudos Dirigidos	10
9.	Informativo do Tribunal Marítimo	10
10.	Parecer	10
11.	Normas Editoriais para Envio de Artigos	10
11.	Índice Alfabético e Remissivo	11

ASSUNTO ESPECIAL

Contornos Jurídicos da Liberação de Mercadorias

Do	UTRINAS
1.	Liberação de Mercadorias Provenientes do Exterior: Análise dos Requisitos Legais para Concessão de Tutela Provisória Aylton Bonomo Júnior
2.	TRF4 e o Tema nº 1.042 do STF: Breves Apontamentos Bruno Eduardo Budal Lobo
Dúv	ida Razoável na Valoração Aduaneira
Do	UTRINAS
1.	Determinação do Valor Aduaneiro: Análise das Circunstâncias da Venda com Base nos Documentos de Preços de Transferência Kelly Cristina Silva Morgero
2.	La Interpretación de la Carga de la Prueba del Valor de Importación Entre Empresas Vinculadas Pablo Sebastián Borgna
3.	O <i>Standard</i> Probatório "Além da Dúvida Razoável" (BARD) Pode Ser Aplicado às Fiscalizações de Valoração Aduaneira? Renata Reis Ribeiro Amarante Bardella
0 Te	ema 1.046 do STF e as Negociações Coletivas no Trabalho Portuário
Do	UTRINAS
1.	As Normas Coletivas do Trabalho Portuário Avulso e o Tema 1.046 do STF Maxweel Sulívan Durigon Meneghini
2.	Negociação Coletiva e os Direitos Trabalhistas no Setor Portuário Brasileiro: um Estudo das Implicações Jurídicas do Tema 1.046 Julgado pelo STF Flávia Fardim Antunes Bringhenti
Jur	ISPRUDÊNCIA
1.	Acórdãos na Íntegra (TST)76/57

Poder Deliberativo do CAP e seus Efeitos na Governança Portuária

DC	DUTRINAS
1.	A Imprescindibilidade do Poder Deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária para o Desenvolvimento da Relação Porto-Cidade Osvaldo Agripino de Castro Junior e Maykon Fagundes Machado73/17
2.	Conselho de Autoridade Portuária de Santos – Histórico e Sugestão de Alteração de Decreto Adilson Luiz Gonçalves
3.	Conselhos de Autoridade Portuária – De Volta às Origens? Mário Povia
	colution MEPC.377(80) — <i>IMO Strategy on Reduction of GHC</i> issions from Ships
Do	DUTRINAS
1.	Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas após a MEPC 80 Camila Mendes Vianna Cardoso, Natalie Vergari, Luna Nóvoa Gomes Jaeger e Paulo Henrique Reis de Oliveira
2	Resolução MEPC.377 (80) da IMO: Avanços e Desafios na

Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Francielle Carvalho75/47

RESENHA LEGISLATIVA

Resolução MEPC.377 (80)
 Adopted on 7 July 2023
 2023 IMO Strategy on Reduction of GHG Emissions from Ships75/62

Temas Atuais da Arbitragem Marítima

DOUTRINAS

 Direito Marítimo e Arbitragem: o Costume Enquanto Fonte do Direito Godofredo Mendes Vianna e Paulo Henrique Reis de Oliveira........72/15

2.	O Caso "Happy Dynamic": a Não Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira no Brasil, Fruto de Controvérsia Relativa a Contrato de Afretamento Marítimo Lucas Leite Marques e Rafaela Brandão Rocha
3.	Arbitragem Marítima: Vinculação da Seguradora à Cláusula Compromissória Arbitral Marcela Kohlbach de Faria
PAR	TE GERAL
Dou	trinas
1.	A Atuação do Controle Externo sobre Projetos de Infraestrutura: o Direito Administrativo e Como Chegamos até Aqui Jorge Sotto Mayor Fernandes Neto
2.	A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromissória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça Rodrigo Figueiredo da Silva Cotta, Livia Sanches Sancio, Alice Moreira Studart da Fonseca e Luiza Coelho Gualberto
3.	A Ilógica Recusa do Credor em Receber o Contêiner sem Antes Receber o Valor da Sobrestadia Leonardo Grecco
4.	A Proteção da Confiança e a Revisão Aduaneira Cláudio Augusto Gonçalves Pereira e Juan Patricio Cotter72/73
5.	As Infrações Aduaneiras no Protocolo ao ATEC Diogo Bianchi Fazolo
6.	A Violação do Dever de Revelação Como Causa da Anulação da Decisão Arbitral Frederico dos Santos Messias
7.	Comentários sobre o Impacto da PEC 45/2019 sobre a Tributação Aduaneira Thális Andrade
8.	Contratos de Transporte Marítimo: Novos Paradigmas do Caso Fortuito e Força Maior Marco Fábio Morsello
9.	Incentivos Fiscais nas Ações e Atividades de Adequação e Operacionalização da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): Aproveitamento do PIS e da Cofins nos Setores Portuário, e de Transporte e Logística Marcos Ricardo Castilho Javarotti e Natália Pereira Dias

10.	O Princípio da Unicidade Sindical Frente à Pluralidade Representativa dos Trabalhadores Portuários de Santos: Aspectos Históricos, Sociais e Jurídicos Daniel Reis de Oliveira
11.	O Procedimento Registral no Tribunal Marítimo: Notas sobre os Influxos e Limites de Atuação do Cartório Marítimo Alexia Costa, Breno Garbois e Pablo Melo de Oliveira
12.	Principais Impactos da Reforma Tributária nos Setores Marítimo e Portuário Ingrid Zanella Andrade Campos, Matheus Lourenço de Almeida e Igor Zanella Andrade Campos
13.	Regimes de Limitação da Responsabilidade Civil no Transporte Marítimo: Breve Histórico Internacional e Comentários sobre as Normas Pertinentes ao Transporte de Carga no Brasil Ana Carolina Moreira Balbi de Faria e Isabella Reis de Brito Fernandes
14.	Relação Jurídica Aduaneira Solon Sehn
15.	Relevância do Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação à Estimativa da Responsabilidade Civil Andréia Propp Arend
16.	Revisão Aduaneira à Luz do Princípio da Segurança Jurídica e da Proteção da Confiança Paula Jacques Goulart
17.	Valoração Aduaneira e Arbitramento de Valor na Importação: Critérios e Requisitos de Observância Obrigatória Daniela Lacerda Chaves, Fernando Pieri Leonardo e Tainá Cristina Braga
Juri	sprudência Judicial
Acc	ÓRDÃOS NA ÍNTEGRA
1.	Tribunal Marítimo72/113, 73/129, 74/121, 75/118, 76/109,77/113
2.	Tribunal Regional Federal da 1ª Região72/118, 73/136, 74/129,

3.	Tribunal Regional Federal da 2ª Região72/127, 73/142, 74/137,75/130, 76/133, 77/124
4.	Tribunal Regional Federal da 3ª Região72/136, 73/153, 74/145,75/136, 76/144, 77/130
5.	Tribunal Regional Federal da 4ª Região72/150, 73/160, 74/151,75/141, 76/153, 77/141
6.	Tribunal Regional Federal da 5ª Região72/156, 73/165, 74/158,75/148, 76/159, 77/150
Еме	NTÁRIO
1.	Ementário de Jurisprudência72/172, 73/170, 74/165, 75/155,76/165, 77/155
SEÇ	ÃO ESPECIAL
	untos da IMO, coordenados pelo Estado-Maior da Armada — inha do Brasil
1.	A Organização Marítima Internacional, a Marinha do Brasil e o Sistema Portuário Nacional – Histórico, Estrutura e Principais Temas em Discussão Paulo Roberto da Costa Barros
2.	A Organização Marítima Internacional: a Participação Brasileira Paulo Roberto da Costa Barros74/231
3.	A Organização Marítima Internacional: Funcionamento e Temáticas – Parte 1 (Regras de Procedimento) Paulo Roberto da Costa Barros
4.	A Organização Marítima Internacional: Funcionamento e Temáticas – Parte 2 (Planejamento Estratégico) Paulo Roberto da Costa Barros
5.	A Organização Marítima Internacional: Histórico, Estrutura e Principais Temas em Discussão Paulo Roberto da Costa Barros
Dou	trina Estrangeira
1.	Tecnologías y Controles Bidireccionales y Colaborativos para la Mejor Gestión Aduanera Harry Schurig

Em Poucas Palavras

1.	A Praticagem e o Seu Impacto no Agronegócio Ricardo Falcão e Bruno Fonseca
Estu	idos Dirigidos
1.	Sustentabilidade no Setor Marítimo Rosana Kisil
2.	Trabalho Portuário nos Terminais de Contêineres do Brasil – Retrocesso no Marco Legal e Necessidade de Mudança Caio Morel Corrêa
Info	rmativo do Tribunal Marítimo
1.	Primeira Sessão Plenária de 2023
2.	Tribunal Marítimo Participa da Nor-Shipping 202375/237
3.	Tribunal Marítimo Promoveu o XIII <i>Workshop</i> de Direito Marítimo .72/242
4.	Tribunal Marítimo Recebe Visita do Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)74/242
5.	XIV Workshop de Direito Marítimo
6.	XV Workshop de Direito Marítimo77/243
Pare	ecer
1.	Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) – Comissão de Direito Financeiro e Tributário (CDFT) – Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.163/2023
	Márcio Ladeira Ávila74/220
Nor	mas Editoriais para Envio de Artigos72/13, 73/15, 74/15, 74/15, 75/15,76/15, 77/15

A

ABALROAÇÃO

AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

 Processual civil e administrativo – Agravo de instrumento – Ação de produção antecipada de provas – Arrendamento – Exploração de porto – Área portuária – Perícia – Engenharia – Contábil – Propriedade da União – Legitimidade passiva – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – Litisconsórcio passivo necessário – Direito à prova – Não reconhecimento de direito material – Ausência de prejuízo – Agravo desprovido (TRF 5ª R.) 73/5114, 165

AÇÃO DE RITO COMUM

ACIDENTE DA NAVEGAÇÃO

- Acidente da navegação cabo do guindaste avaria – queda do GRAB – pena – repreensão75/5251, 156

ACIDENTE DE MERGULHO

 Acidente de mergulho – óbito de tripulante – danos materiais e ambientais – inocorrência – Normam-15/DPC – inobservância – deficiência

ACIDENTE MARÍTIMO

ADILSON LUIZ GONCALVES

• Conselho de Autoridade Portuária de Santos – Histórico e Sugestão de Alteração de Decreto 73/40

Administração dos Portos

ADMINISTRATIVO

- Administrativo. Mandado de segurança. Remessa necessária. Calendário eleitoral do processo de eleição no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA. Anulação por ato unilateral e abusivo do presidente do Conselho Superior. Ilegalidade e abusividade. Sentença confirmada (TRF 1ª R.)..........75/5245, 123

ADUANEIRO

AFRETAMENTO

AFRMM

- AFRMM base de cálculo art. 5º, da Lei nº 10.893/2004 – alargamento – inocorrência – constitucionalidade das normas – presunção75/5254, 159

- AFRMM Lei nº 10.893/2004 alíquotas desconto – Decreto nº 11.321/2022 – revogação – Decreto nº 11.374/2023 – princípio da anterioridade – não incidência77/5389, 158
- AFRMM natureza Cide EC 33/2001 art. 149, § 2º, III, da Constituição Federal – base de cálculo – hipóteses não taxativas – Lei

AGENCIAMENTO

AGENCIAMENTO DA EMBARCAÇÃO

AGENTE MARÍTIMO

- Agente marítimo denúncia espontânea art. 106 do CTN – retroatividade – apelação da União e remessa oficial – provimento 76/5321, 169

ÁGUAS DE LASTRO

ÁGUAS PÚBLICAS

Águas públicas – domínio da União – rio federal

 parte terrestre outorgada – estruturas náuticas
 autorização – inexistência – dano ambiental
 não demonstração – cessão onerosa – deferimento – apelação – desprovimento ... 73/5119, 173

ALEXIA COSTA, BRENO GARBOIS E PABLO MELO DE OLIVEIRA

 O Procedimento Registral no Tribunal Marítimo: Notas sobre os Influxos e Limites de Atuação do Cartório Marítimo......72/93

ALFÂNDEGA

ALICE MOREIRA STUDART DA FONSECA, LIVIA SANCHES SANCIO, RODRIGO FIGUEIREDO DA SILVA COTTA E LUIZA COELHO GUALBERTO

 A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromissória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justica......75/82

AMBIENTAL

- Administrativo. Ambiental. Processual civil. Condições da ação. Legitimidade ativa para causa. Interesse processual. (TRF 4ª R.)...........74/5181, 151

Ana Carolina Moreira Balbi de Faria e Isabella Reis de Brito Fernandes

 Regimes de Limitação da Responsabilidade Civil no Transporte Marítimo: Breve Histórico Internacional e Comentários sobre as Normas Pertinentes ao Transporte de Carga no Brasil..74/79

ANDRÉIA PROPE AREND

 Relevância do Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação à Estimativa da Responsabilidade Civil76/62

ANTAO

- Antaq multa Resolução Antaq nº 3.274/2014

 vagão estacionado em entroncamento da ferrovia com rodovia prejuízo ao fluxo de veículos processo administrativo regularidade
 75/5258, 164
- Antaq fiscalização multa Porto de Rio Grande – Resolução nº 858/2007 – coisa julgada74/5186, 167

ANTIDUMPING

- Antidumping importação pneus China – acaso concreto – dilação probatória – necessidade – via eleita – inadequação – valor controverso – depósito judicial – transferência74/5187, 168
- Antidumping livre concorrência afronta ausência – princípios – sopesamento – alho importado – Resolução Camex nº 52/2007 – constitucionalidade e legalidade – desprovimento73/5120, 177

APELAÇÃO

ÁREA PORTUÁRIA

Área portuária – contrato de arrendamento transitório – Ogmo – não associação – assinatura do termo de responsabilidade solidária por débitos pretéritos da entidade – ausência – Antaq – inexigibilidade do documento 76/5324, 172

• Área portuária - reintegração de posse - ces-	
são de uso não oneroso - ocupação irregular	
- relevância das atividades desenvolvidas - au-	
sência de legitimação - desocupação do bem	
	8

ARRENDAMENTO

- Arrendamento exploração de porto área portuária – perícia – propriedade da União – legitimidade passiva – Antaq – litisconsórcio passivo necessário – direito à prova – direito material – não reconhecimento – ausência de prejuízo – agravo – desprovimento 73/5122, 179

ARRUMADOR PORTUÁRIO

ATRACAÇÃO

ATRACADOURO

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

AVARIA DE CARGA E AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL

 Avaria de carga e ausência de nexo causal – responsabilidade – Incoterms exworks – com

AYLTON BONOMO JÚNIOR

 Liberação de Mercadorias Provenientes do Exterior: Análise dos Requisitos Legais para Concessão de Tutela Provisória......74/17

В

Breno Garbois, Alexia Costa e Pablo Melo de Oliveira

 O Procedimento Registral no Tribunal Marítimo: Notas sobre os Influxos e Limites de Atuação do Cartório Marítimo.......72/93

BRUNO EDUARDO BUDAL LOBO

• TRF4 e o Tema nº 1.042 do STF: Breves Apontamentos.......74/37

C

CAIO MOREL CORRÊA

 Trabalho Portuário nos Terminais de Contêineres do Brasil – Retrocesso no Marco Legal e Necessidade de Mudança......72/223

Cais

CAIS MAUÁ

CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO, NATALIE VERGARI, LUNA NÓVOA GOMES JAEGER E PAULO HENRIQUE REIS DE OLIVEIRA

Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas após a MEPC 80......75/17

CARBENDAZIM

 Carbendazim – despacho aduaneiro – interrupção – Anvisa – reavaliação toxicológica – uti-

mora – indiferença – contrato – livre pactuação

lização diversa – prosseguimento – writ – con-	CODEBA
cessão	Codeba – prolongamento do quebra-mar – por-
Causa da anulação da decisão arbitral	to organizado – aprovação dos projetos da obra
A Violação do Dever de Revelação Como Causa	 irregularidades – aplicação de multa a gestores
da Anulação da Decisão Arbitral (Frederico dos	7 0,3323, 177
Santos Messias)73/100	Codern
	• Codern – depositária – bens de propriedade de
CE MERCANTE	particular – Tersab – dilação probatória – fase de
CE Mercante – desbloqueio – produtos ele-	conhecimento – perigo da demora – não com-
trônicos – Siscomex – licenciamento prévio –	provação – improvimento
previsão legal – inexistência – homologação –	Codesp
Anatel – comprovação – retenção – ilegalidade	Codesp – contratos administrativos – tercei-
, 5,5527, 175	rização – portaria – repactuação – termo ini-
CIDE	cial do reajustamento – prevalência da data
Cide – AFRMM – constitucionalidade – lega-	do protocolo do pedido
lidade da exação – apelação – improvimento	COFINS
76/5328, 176	Cofins – importação por conta e ordem de ter-
Cips hyporticia	ceiro – tributação concentrada – importação
Cide-Importação	por encomenda – art. 1º da Lei nº 10.485/2002
 Cide-Importação – formulação de gasolinas – produtos – base de cálculo – unidade de medi- 	– sujeito passivo
da – metro cúbico – declaração de importação	 Cofins – produtos farmacêuticos – créditos pre-
– preenchimento – cálculo da Cide-Combus-	sumidos – importação
tíveis – conversão	Cofins – transporte internacional de cargas –
	frete interno contratado por depósito alfande-
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	gado certificado – desoneração – inaplicabili- dade
• Civil e processual civil. Apelação civil interposta	
pela parte autora. Anulação de acórdão prolata- do pelo Tribunal Marítimo. Reexame pelo poder	COFINS E PIS/PASEP
judiciário. Possibilidade. Atribuição da polí-	Cofins e PIS/Pasep – Empresa Comercial Expor-
cia marítima pela fiscalização da área de atra-	tadora (ECE) – não incidência – fim específico
cação. Não comprovação. Apelação improvida	de exportação
(TRF 5 ^a R.)	Corne lungario
CLASSIEICAÇÃO EISCAL	COFINS-IMPORTAÇÃO
Classificação fiscal importação laudo po	 Cofins-Importação – majoração da alíquota legalidade – princípio da não cumulativida-
 Classificação fiscal – importação – laudo pericial e soluções de consulta – sistema harmo- 	de – Tema 1047 de Repercussão Geral STF –
nizado – critério – especificidade – multa –	Medida Provisória nº 794/2017 – princípio da
art. 711, I, do Decreto nº 6.759/2009 – higi-	anterioridade nonagesimal – violação – com-
dez – reconhecimento	pensação – possibilidade
Crimpia Augusta Consuma Persona I IIII	Colisão
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira e Juan Patricio Cotter	 Colisão – boia – acidente da navegação – da-
• A Proteção da Confiança e a Revisão Aduaneira	nos materiais – erro de manobra – repreensão
72/73	
2,7 3	Сомвою
Cobrança	Comboio fluvial – abalroamento – naufrágio –
Cobrança – armazenagem – movimentação de	danos materiais – verificação – danos pessoais
carga – exportação – chegada de navio – de-	ou ambientais – inocorrência – navegação –

manobra – erro – RLESTA – infrações – conde-

COMBUSTÍVEIS

COMENTÁRIOS SOBRE O IMPACTO DA PEC 45/2019

 Comentários sobre o Impacto da PEC 45/2019 sobre a Tributação Aduaneira (Thális Andrade)
......77/92

COMPANHIA DOCAS

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

COMPERI

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

 Conflito de competência – abusividade de tarifa – Antaq – Cade – serviço público – competência da Primeira Seção do STJ....... 77/5401, 171

CONFLITO INTERNO DE COMPETÊNCIA

CONSIGNATÁRIA DA CARGA

Consignatária da carga – pagamento dos fretes – despachos de mercadoria – conhecimento eletrônico – conhecimento de embarque – exibição – dispensa – § 2º do art. 18 da IN RFB 680/2006 – carga – liberação 72/5062, 179

CONTÊINER

CONTORNOS JURÍDICOS DA LIBERAÇÃO DE MERCA-DORIAS

- Liberação de Mercadorias Provenientes do Exterior: Análise dos Requisitos Legais para Concessão de Tutela Provisória (Aylton Bonomo Júnior).......74/17
- TRF4 e o Tema nº 1.042 do STF: Breves Apontamentos (Bruno Eduardo Budal Lobo)......74/37

CONTRATO - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE AFRETAMENTO

 Contrato de afretamento – casco nu – direito de tonelagem – transferência – impossibilidade –

irregularidade perante a Antaq – ação de exigir contas – improcedência	bilidade – apelação e remessa oficial – desprovimento
Contrato de afretamento – indisponibilidade	Controle externo sobre projetos de infraestrutura
da embarcação – multa – cobrança excessiva – alegação – sentença de procedência – manu-	A Atuação do Controle Externo sobre Projetos
tenção	de Infraestrutura: o Direito Administrativo e
Contrato de afretamento – prestação de servi-	Como Chegamos até Aqui (Jorge Sotto Mayor
ços – apoio marítimo – cláusulas contratuais	Fernandes Neto)72/58
– descumprimento – multas – retenção de rece-	Crédito-prêmio do IPI
bíveis – ilegalidade – compensação – impossibi- lidade 75/5265, 170	• Crédito-prêmio do IPI – embarcações estran-
7 3/3203/, 17 0	geiras – despesas com fretes – <i>drawback</i> e juros
Contrato de arrendamento portuário	de financiamento – tributos federais – exclusão 75/5267, 173
Contrato de arrendamento portuário – não	73/3207, 173
prorrogação – decisão – Secretaria Nacional	
de Portos e Transportes Aquaviários – celebração de aditivo – perda de objeto 77/5403, 174	D
ção de aditivo – perda de objeto 77/3403, 174	
Contrato de concessão portuária	DANIEL REIS DE OLIVEIRA
Contrato de concessão portuária – termo adi-	O Princípio da Unicidade Sindical Frente à Pluralidade Representativa dos Trabalhado-
tivo – nulidade – termo de compromisso ar-	res Portuários de Santos: Aspectos Históricos,
bitral – anulação – pedido – provas técnica e testemunhal – necessidade – apelação das auto-	Sociais e Jurídicos74/97
ras – provimento parcial	Dunga Lucrona Canara Eronano Diro
	Daniela Lacerda Chaves, Fernando Pieri Leonardo e Tainá Cristina Braga
CONTRATO DE SEGURO	Valoração Aduaneira e Arbitramento de Valor
 Contrato de seguro – arbitragem – ação regres- siva – cláusula compromissória incontroversa – 	na Importação: Critérios e Requisitos de Obser-
eficácia e transmissibilidade – arts. 349 e 786,	vância Obrigatória77/17
do Código Civil – inteligência – provimento	Dano ambiental
	• Dano ambiental – ação civil pública – ajuiza-
Contratos de afretamento e prestação de serviços	mento – prescrição – interrupção – importado-
Contratos de afretamento e prestação de ser-	ra – responsabilidade – teoria do risco integral
viços – Petrobrás – Certificado de Autorização	
de Afretamento (CAA) – renovação – impossi-	 Dano ambiental – dragagem e manutenção – Canal da Galheta – indenizatória – danos ma-
bilidade – embarcação brasileira – existência	teriais – pedido genérico – inépcia – não con-
	figuração72/ <i>5066,</i> 184
CONTRATOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	Dano ambiental – navio – explosão – responsa-
Contratos de Transporte Marítimo: Novos Para-	bilidade objetiva – risco integral – comprador da carga transportada – nexo de causalidade
digmas do Caso Fortuito e Força Maior (Marco	afastado – agravo desprovido
Fábio Morsello)73/66	Dano ambiental – operação portuária – li-
Contribuições sociais previdenciárias	beração de gás sulfídrico na atmosfera – res-
Contribuições sociais previdenciárias – imuni-	ponsabilidade objetiva – bem jurídico indis-
dade – exportação indireta – direito creditório	ponível – reparação in natura – inviabilidade – indenização – cabimento – dano moral – con-
– compromisso de exportação 76/5334, 184	figuração73/5127, 184
CONTROLE ADUANEIRO	Demurrage
Controle aduaneiro e serviços conexos – mo-	Demurrage – ajuste expresso – desnecessidade
vimentação e armazenagem de mercadorias	- terminal portuário - responsabilidade solidá-
 cassação de registro e autorização – impossi- 	ria – culpa concorrente

DESCAMINHO

DESEMBARAÇO ADUANEIRO

- Desembaraço aduaneiro liberação de mercadoria mediante caução – possibilidade77/5406, 176

- Desembaraço aduaneiro subfaturamento e erro na classificação fiscal – suspeita – valor aduaneiro – arbitramento – preço de mercadoria similar ou idêntica – previsão legal.... 76/5337, 186

DESESTATIZAÇÃO

 Desestatização – Porto de Itajaí – administração – exploração portuárias – outorga – determinacões – recomendações – ciências 73/5129, 187

DESISTÊNCIA PARCIAL DO RECURSO

DESPACHANTE ADUANEIRO

DEVOLUÇÃO DE CONTÊINER

DIOGO BIANCHI FAZOLO

As Infrações Aduaneiras no Protocolo ao ATEC
74/63

DIREITO ANTIDUMPING

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBLITÁRIO

 Direito tributário. Aduaneiro. Liberação veículo. Veículo alugado a terceiro. Ausência de dolo ou má-fé do proprietário. Apelação e remessa necessária não providas (TRF 3ª R.) 74/5180, 145

DRAGAGEM

- Dragagem Canal da Galheta danos materiais dano ambiental indenização atividade pesqueira artesanal prejuízo ecossistema marinho alteração pedido genérico possibilidade recurso provimento 73/5130, 189

DRAGAGEM DO PORTO DE RIO GRANDE

DRAGAGEM PORTUÁRIA

DRAWBACK

DRAWBACK-SUSPENSÃO

DÚVIDA RAZOÁVEL NA VALORAÇÃO ADUANEIRA

- La Interpretación de la Carga de la Prueba del Valor de Importación Entre Empresas Vinculadas (Pablo Sebastián Borgna)77/52
- O Standard Probatório "Além da Dúvida Razoável" (BARD) Pode Ser Aplicado às Fiscalizações de Valoração Aduaneira? (Renata Reis Ribeiro Amarante Bardella).......77/71

E

EMBARCAÇÃO

EMBARCAÇÃO MERCANTE

EMBARCAÇÕES

EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS

ENCALHE

ENCALHE DE NAVIO MERCANTE

ENSACADOR

ENTREPOSTO ADUANEIRO

ERRO DE MANOBRA

ESTALFIRO NAVAL

ESTIVA E ARMAZENAMENTO

ESTIVA E ARMAZENAMENTO FORA DA ÁREA PORTUÁRIA

ESTIVADOR

- Estivador previdenciário erro material na sentença – retificação de ofício – atividade especial – ruído – aposentadoria especial – requisitos legais – não preenchimento 76/5341, 196

EXPOSIÇÃO A RISCO

EXTENSÃO DOS EFEITOS

 A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromissória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (Rodrigo Figueiredo da Silva Cotta, Livia Sanches Sancio, Alice Moreira Studart da Fonseca e Luiza Coelho75/82

F

FERNANDO PIERI LEONARDO, DANIELA LACERDA CHAVES E TAINÁ CRISTINA BRAGA

 Valoração Aduaneira e Arbitramento de Valor na Importação: Critérios e Requisitos de Observância Obrigatória......77/17

FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

FLÁVIA FARDIM ANTUNES BRINCHENTI

 Negociação Coletiva e os Direitos Trabalhistas no Setor Portuário Brasileiro: um Estudo das Implicações Jurídicas do Tema 1.046 Julgado pelo STF76/43

FRANCIELLE CARVALHO

 A Revisão da Estratégia de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa da IMO, Desdobramentos e Oportunidades para o Brasil75/47

FREDERICO DOS SANTOS MESSIAS

 A Violação do Dever de Revelação Como Causa da Anulação da Decisão Arbitral73/100

FUNDAF

FUNDER

 Fundef – execução – competência – faculdade tríplice da parte credora – jurisprudência74/5203, 188

G

GODOFREDO MENDES VIANNA E PAULO HENRIQUE REIS DE OLIVEIRA

Direito Marítimo e Arbitragem: o Costume Enquanto Fonte do Direito.......72/15

GUIA DE IMPORTAÇÃO

Н

HARRY SCHURIG

 Tecnologías y Controles Bidireccionales y Colaborativos para la Mejor Gestión Aduanera....77/230

HIDROVIA DO RIO MADEIRA

HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ

ICMS

I

- ICMS desembaraço aduaneiro recolhimento – independência – possibilidade....... 75/5276, 186

- ICMS pagamento responsabilidade lesão aos cofres públicos – ausência – drawback – infração formal73/5136, 193
- ICMS transporte marítimo etapas interestaduais – exportação – afastamento – periculum in

mora – demonstração – recurso desprovimento	ÎMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO
	Importação por conta e ordem de terceiro –
ICMS-Importação ICMS-Importação – base de cálculo – <i>Terminal</i>	prestadora de serviços – CNPJ – inaptidão – CE- -Mercante – bloqueio – importação já iniciada – adquirente de boa-fé – retenção da carga –
Handling Charge (THC) – capatazia – exclu- são – delegado da Receita Federal – Justiça Fe-	desproporcionalidade
deral – incompetência	IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA
 ICMS-Importação – drawback – ato concessó- rio – mercadorias não exportadas – cobrança – possibilidade74/5205, 1 	Importação por encomenda – fraude – fundados indícios – mercadoria – retenção – liberação mediante garantia – possibilidade 76/5347, 202
IGOR ZANELLA ANDRADE CAMPOS, INGRID ZANELLA ANDRADE CAMPOS E MATHEUS	Imposto de importação ■ Imposto de importação — Inspetor-Chefe da
Principais Impactos da Reforma Tributária nos Setores Marítimo e Portuário77/1	Alfândega – legitimidade passiva – IN RFB 900/2008 – benefício fiscal – Lei nº 10.182/2001
ILÓGICA RECUSA	
 A Ilógica Recusa do Credor em Receber o Con- têiner sem Antes Receber o Valor da Sobresta- 	Imposto sobre a Importação Imposto sobre a Importação – benefício fiscal
dia (Leonardo Grecco)76,	
Importação	de montagem
 Importação – falsidade ideológica – descaminho – consunção – não aplicação – declaração de importação – documento público – continuidade delitiva – concurso material de crimes	Imposto sobre Importação – declaração de importação – erro quanto à quantidade importada – imposto – restituição
 Importação – interposição fraudulenta de ter- ceiros – fundados indícios – procedimento es- pecial de fiscalização – instauração – configu- ração	 Incentivos Fiscais nas Ações e Atividades de Adequação e Operacionalização da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Da- dos Pessoais): Aproveitamento do PIS e da
 Importação – licença – mercadoria – rótulos e certificado de origem – divergências – reeti- quetagem – possibilidade	Cofins nos Setores Portuário, e de Transporte e Logística (Marcos Ricardo Castilho Javarotti e Natália Pereira Dias)
 Importação – mercadoria – registro da DI – demurrage – Portaria SRF nº 121/2011 – com- provação do pagamento – inexigibilidade 74/5206, 1 	INFORMATIVO DO TRIBUNAL MARÍTIMO • Tribunal Marítimo Participa da Nor-Shipping 202375/237
Importação – pena de perdimento – CNPJ inapto – decisão judicial – reativação – recurso – provimento	Ingrid Zanella Andrade Campos, Matheus Lourenço de Almeida e Igor Zanella Andrade
 Importação – registro de declaração – operação regular – erro formal escusável – retificação no Siscomex – impossibilidade – cancelamento da 	Principais Impactos da Reforma Tributária nos Setores Marítimo e Portuário77/103
DI – desproporcionalidade	
 Importação fracionada – despacho aduaneiro – interrupção – reclassificação – tributos – re- colhimento – multas – aplicação – apreensão indireta – não comprovação – apelação – des- provimento	Instalação portuária de pequeno porte – execução parcial e ausência de funcionalidade da obra – citação dos secretários municipais – recursos federais – contas irregulares – débito – multa
provinicino	7 J. J. Huita

ISSQN INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA Interposição fraudulenta de terceiros – revisão • ISSON - base de cálculo - taxa THC2 - inaduaneira - multa - aplicação cumulativa -descabimento - multa de 150% - caráter con-J IPI • IPI - suspensão - desembaraço aduaneiro -JORGE SOTTO MAYOR FERNANDES NETO classificação Tipi - condição essencial - produ-• A Atuação do Controle Externo sobre Projetos ção de insumos - industrialização de autoprode Infraestrutura: o Direito Administrativo e Como Chegamos até Agui72/58 IPI ISENÇÃO IUAN PATRICIO COTTER E CLÁUDIO AUGUSTO • IPI Isenção - Zona França de Manaus -GONCALVES PEREIRA Amazônia ocidental - produto nacionalizado A Proteção da Confiança e a Revisão Aduaneira72/73 IPI REPARO JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO • IPI reparo - defeito de fabricação - execução • Direito constitucional - Tributário - Juízo de gratuita - garantia - substituição - fato geraretratação positivo - Mandado de segurança dor - não ocorrência - créditos - anulação Bens importados - IPI - Saída do estabelecimen-to importador - Incidência - Fatos geradores IUSTICA DO TRABALHO • IPTU – delegatária de servico portuário – imu-• Justica do Trabalho – empresa pública – emprenidade recíproca - possibilidade - Súmula gados que não atuem em zona portuária - adinº 343/STF – inaplicabilidade 75/5281, 189 cional de risco previsto - não pagamento - STF • IPTU – imunidade tributária recíproca à responno Tema 1143 – confirmação 77/5416, 183 sabilidade tributária por sucessão - inaplicabilidade - RE 599.176/PR do STF - CDA - nulidade - imunidade tributária da RFFSA - taxa K de lixo - manutenção 72/5083, 199 • IPTU - RFFSA - União - sucessão tributária imunidade recíproca - não incidência - titu-KELLY CRISTINA SILVA MORGERO laridade do bem no momento do fato gerador • Determinação do Valor Aduaneiro: Análise das Circunstâncias da Venda com Base nos Documentos de Preços de Transferência......77/37 IRPI • IRPI - CSLL - base de cálculo - lucro real - receita de exportação - variações monetárias ı ISABELLA REIS DE BRITO FERNANDES E ANA CAROLINA LEGITIMIDADE PASSIVA MOREIRA BALBI DE FARIA • Agravo de instrumento - Processual civil - Ad-• Regimes de Limitação da Responsabilidade ministrativo - Legitimidade passiva - União Civil no Transporte Marítimo: Breve Histórico

ISS

• ISS – embarcação estrangeira – fornecimento de

Internacional e Comentários sobre as Normas

Pertinentes ao Transporte de Carga no Brasil74/79 distintos - Tese 906/STF (TRF 3ª R.) ... 73/5112, 153

- Antaq - Competência da Justiça Federal -Art. 109, I, da Constituição (TRF 4ª R.)73/5113, 160

LEIVAN FELIPE DA SILVA CARVALHO E WERNER BRAUN R₁₇K

• Resolução MEPC.377 (80) da IMO: Avanços e Desafios na Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)......75/35

LEONARDO GRECCO • A llógica Recusa do Credor em Receber o Contêiner sem Antes Receber o Valor da Sobrestadia	 Processual civil e administrativo. Mandado de segurança coletivo. Inspeção não invasiva (Escâner em contêiner) em recinto alfandegado realizada pela arrendatária do Porto. Legalidade da exigência do custo desse serviço. Ausência de poder de polícia (TRF 1ª R.)
Licença de importação – ausência – multa – afastamento – ADN Cosit nº 12/1997 – recurso – provimento	 MARCELA KOHLBACH DE FARIA Arbitragem Marítima: Vinculação da Seguradora à Cláusula Compromissória Arbitral72/46
A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromissória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça	Marco Fábio Morsello Contratos de Transporte Marítimo: Novos Paradigmas do Caso Fortuito e Força Maior73/66 Marcos Ricardo Castilho Javarotti e Natália
Longstanding – cobrança – Resolução Normativa Antaq nº 18/2017 – inaplicabilidade – consignatária da carga – reembolso – possibilidade	Incentivos Fiscais nas Ações e Atividades de Adequação e Operacionalização da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): Aproveitamento do PIS e da Cofins nos Setores Portuário, e de Transporte e Logística
O Caso "Happy Dynamic": a Não Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira no Brasil, Fruto de Controvérsia Relativa a Contrato de Afretamento Marítimo	MARINHA MERCANTE • Marinha mercante – curso de aquaviário – estrangeiro – inscrição – reserva da Marinha – possibilidade – capacitação profissional – Lei nº 8.112/1990 – inaplicabilidade 72/5084, 201 Mário Povia
 A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromis- sória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça75/82 	Conselhos de Autoridade Portuária – De Volta às Origens?73/57
Luna Nóvoa Gomes Jaeger, Natalie Vergari, Camila Mendes Vianna Cardoso e Paulo Henrique Reis de Oliveira Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas após a MEPC 80	Marítimo embarcado – equivalência mar/terra – atividade especial – cumulação – possibilidade – atividade especial – agente nocivo – agente cancerígeno – utilização de EPI – ineficácia reconhecida – habitualidade e permanência – tutela específica
Mandado de segurança coletivo • Decisão (TRF 5ª R.)	Marítimos embarcados Marítimos embarcados – condições especiais – cômputo do tempo – serviço comum – reconhecimento – tempo do período laborado – conversão – provimento parcial

MATHEUS LOURENÇO DE ALMEIDA, ÎNGRID ZANELLA ANDRADE CAMPOS E IGOR ZANELLA ANDRADE CAMPOS

MAYWEEL SULÍVAN DURIGON MENECHINI

 As Normas Coletivas do Trabalho Portuário Avulso e o Tema 1.046 do STF......76/17

MAYKON FAGUNDES MACHADO E OSVALDO AGRIPINO DE CASTRO IUNIOR

 A Imprescindibilidade do Poder Deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária para o Desenvolvimento da Relação Porto-Cidade....73/17

MMC

MOVIMENTAÇÃO MÍNIMA CONTRATUAL

N

NATÁLIA PEREIRA DIAS E MARCOS RICARDO CASTILHO IAVAROTTI

NATALIE VERGARI, CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO, LUNA NÓVOA GOMES JAEGER E PAULO HENRIOUE REIS DE OLIVEIRA

Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas após a MEPC 80......75/17

Navio

- Navio explosão desastre ambiental multa responsabilidade administrativa subjetiva

NAVIO BAHAMAS

- Navio Bahamas danos à atividade pesqueira

 pretensão individual prescrição ação civil
 pública marco de interrupção da prescrição

 agravo interno desprovimento...... 76/5354, 209

NAVIO MERCANTE

Navio Vicuña

0

Осмо

OGMO-PR

OPERAÇÃO PORTUÁRIA

Operação portuária – derivado de petróleo – armazenamento e transporte – dispersão – áreas

vizinhas – zonas ambientalmente sensíveis – prejuízo – melhorias – licença ambiental – neu-	P
tralização dos impactos ambientais – interesse de agir – perda superveniente	Pablo Melo de Oliveira, Alexia Costa e
 Operação portuária – ISSQN – base de cálculo – preço do serviço – desconsideração do preço informado – impossibilidade 74/5214, 197 	Breno Garbois O Procedimento Registral no Tribunal Marítimo: Notas sobre os Influxos e Limites de Atuação do Cartório Marítimo72/93
Operação portuária – "rolagem" de carga – embarque – pagamento – responsabilidade – exportadora/despachante	PABLO SEBASTIÁN BORGNA • La Interpretación de la Carga de la Prueba del
Organização Marítima Internacional	Valor de Importación Entre Empresas Vinculadas
 A Organização Marítima Internacional, a Marinha do Brasil e o Sistema Portuário Nacional Histórico, Estrutura e Principais Temas em Discussão (Paulo Roberto da Costa Barros)77/215 	Parecer sobre a Medida Provisória № 1.163/2023
A Organização Marítima Internacional: a Participação Brasileira (Paulo Roberto da Costa Barros)	Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) – Comissão de Direito Financeiro e Tributário (CDFT) – Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.163/202374/220
 A Organização Marítima Internacional: Funcio- namento e Temáticas – Parte 1 (Regras de Pro- cedimento) (Paulo Roberto da Costa Barros).75/218 	Paula Jacques Goulart • Revisão Aduaneira à Luz do Princípio da Segu-
 A Organização Marítima Internacional: Funcio- namento e Temáticas – Parte 2 (Planejamento Estratégico) (Paulo Roberto da Costa Barros).76/224 	rança Jurídica e da Proteção da Confiança73/107 Paulo Henrique Reis de Oliveira e Godofredo Mendes Vianna
 A Organização Marítima Internacional: Históri- co, Estrutura e Principais Temas em Discussão (Paulo Roberto da Costa Barros)73/229 	Direito Marítimo e Arbitragem: o Costume Enquanto Fonte do Direito72/15
Osvaldo Agripino de Castro Junior e Maykon Fagundes Machado	Paulo Henrique Reis de Oliveira, Luna Nóvoa Gomes Jaeger, Natalie Vergari, Camila Mendes Vianna Cardoso
A Imprescindibilidade do Poder Deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária para o Describerativo de Releasa Porta Cidade 72(17)	Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Perspectivas após a MEPC 8075/17
Desenvolvimento da Relação Porto-Cidade73/17	Paulo Roberto da Costa Barros
O Tema 1.046 do STF e as Negociações Coletivas no Trabalho Portuário	A Organização Marítima Internacional: a Parti- cipação Brasileira74/231
As Normas Coletivas do Trabalho Portuário Avulso e o Tema 1.046 do STF (Maxweel Sulívan Durigon Meneghini)	A Organização Marítima Internacional: Funcio- namento e Temáticas – Parte 1 (Regras de Pro- cedimento75/218
 Negociação Coletiva e os Direitos Trabalhistas no Setor Portuário Brasileiro: um Estudo das Implicações Jurídicas do Tema 1.046 Julgado pelo STF (Flávia Fardim Antunes Bringhenti)76/43 	A Organização Marítima Internacional: Funcio- namento e Temáticas – Parte 2 (Planejamento Estratégico)76/224 A Organização Marítima Internacional: Históri-
 Recurso de embargos em recurso de revista com agravo. Recurso de embargos interposto sob a égide da Lei nº 13.467/2017. Horas in itinere. Pactuação por norma coletiva. Validade. Ob- 	co, Estrutura e Principais Temas em Discussão
servância do Tema 1046 da tabela de reper- cussão geral do Supremo Tribunal Federal (TST) 76/5309, 57	Pesca – local proibido – PREPS – materiali- dade – insuficiência probatória – reforma – absolvição

PESCADOR EMPRECADO

Pescador empregado – previdenciário – atividade especial – agentes nocivos – calor – ruído – benzeno – agente cancerígeno – utilização de EPI – ineficácia reconhecida – agentes biológicos – habitualidade e permanência.... 77/5420, 188

PESCADOR PROFISSIONAL

 Pescador profissional – tempo especial – ano marítimo – pescador embarcado – contagem diferenciada – enquadramento – cumulação – possibilidade – ruído – comprovação 74/5215, 198

PETROBRAS

- Petrobras Certificado da Autorização de Afretamento (CAA) circularização, bloqueio e obtenção/renovação Antaq manifestação produção de prova possibilidade 76/5356, 210

PIS/Cofins

- PIS e Cofins base de cálculo art. 7º, inciso II, da Lei nº 10.865/2004 – ISSQN – inconstitucionalidade parcial – art. 149, § 2º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal – violação 77/5421, 189

- PIS/Cofins insumos despesas e custos com mão de obra – Ogmo – creditamento – impossibilidade – apelação não provimento.. 75/5287, 195
- PIS/Cofins valores destacados de ISS exclusão – Tema 69 (ICMS) – modulação temporal – inaplicabilidade – desprovimento ... 73/5143, 197

PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO

 PIS/Pasep-Importação – venda de gasolina e óleo diesel – alíquotas – processo administrativo fiscal – consulta – ineficácia 74/5217, 201

PLATAFORMA DE PERFURAÇÃO

PLATAFORMAS DE PETRÓLEO ESTRANGEIRAS

Plataformas de petróleo estrangeiras – afretamento – circulação de mercadoria – inocorrência – execução fiscal – extinção........ 76/5359, 212

PODER DELIBERATIVO DO CAP E SEUS EFEITOS NA GOVERNANCA PORTUÁRIA

- A Imprescindibilidade do Poder Deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária para o Desenvolvimento da Relação Porto-Cidade (Osvaldo Agripino de Castro Junior e Maykon Fagundes Machado)......73/17
- Conselhos de Autoridade Portuária De Volta às Origens? (Mário Povia)73/57
- Conselho de Autoridade Portuária de Santos Histórico e Sugestão de Alteração de Decreto (Adilson Luiz Gonçalves)......73/40

PORTO

PORTO DE FORTALEZA

Porto de Fortaleza – área – ocupação pelo Ipem

 reintegração de posse – recurso – desprovimento
 77/5422, 190

PORTO DE IMBITUBA

PORTO DE MACEIÓ/AL

PORTO DE RIO GRANDE

Porto de Rio Grande – multa administrativa –
 Portos RS – legitimidade – sucessão das obrigações – CDA – substituição – desnecessidade
 74/5219, 202

PORTO DO RIO DE JANEIRO

Porto do Rio de Janeiro – retomada de imóvel
 término de contrato – "Armazém 6" – perda de objeto – "Anexo 5/6" – procedência
 73/5145. 198

PORTO SUDESTE

Portobrás

PORTOS RS

Portuário

PRATICAGEM

PRATICAGEM E O SEU IMPACTO NO AGRONEGÓCIO

Prático

Prestação de serviço

Previdenciário

 Previdenciário. Aposentadoria por tempo de contribuição. Trabalhador marítimo. Contagem do tempo de serviço. Ano marítimo. Atividade especial. Honorários advocatícios (TRF 2ª R.)

Principais impactos da Reforma Tributária nos setores marítimo e portuário

 Principais Impactos da Reforma Tributária nos Setores Marítimo e Portuário (Ingrid Zanella Andrade Campos, Matheus Lourenço de Almeida e Igor Zanella Andrade Campos)......77/103

PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL

 O Princípio da Unicidade Sindical Frente à Pluralidade Representativa dos Trabalhadores Portuários de Santos: Aspectos Históricos, Sociais e Jurídicos (Daniel Reis de Oliveira).....74/97

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE ADUANEIRO (PECA)

PROCEDIMENTO REGISTRAL NO TRIBUNAL MARÍTIMO

O Procedimento Registral no Tribunal Marítimo: Notas sobre os Influxos e Limites de Atua-

ção do Cartório Marítimo (Alexia Costa, Breno Garbois e Pablo Melo de Oliveira)......72/93

PROCESSUAL CIVIL

- Processual civil Agravo de instrumento Ação civil pública – Cumprimento de sentença – Multa cominatória – Atraso – Cabimento – Recurso improvido (TRF 3ª R.).............. 72/5047, 136
- Processual civil e tributário Prescrição Taxa de utilização do Siscomex Lei nº 9.716/1998 Majoração por Portaria do Ministério da Fazenda Afronta ao princípio da legalidade Atualização monetária Índices oficiais Possibilidade Pretensão resistida Art. 19, § 1º, I, da Lei nº 10.522/2002 Inaplicabilidade Honorários advocatícios (TRF 1ª R.)

PROTEÇÃO DA CONFIANÇA

 A Proteção da Confiança e a Revisão Aduaneira (Cláudio Augusto Gonçalves Pereira e Juan Patricio Cotter)......72/73

PROTOCOLO AO ATEC

 As Infrações Aduaneiras no Protocolo ao ATEC (Diogo Bianchi Fazolo).....74/63

Q

QUEDA DO TENDER NO CONVÉS DO NAVIO

M/V (Navio de Cruzeiro) e seu tender nº 11.
 Queda do tender no convés do navio, com registro de ferimentos em dois tripulantes e danos materiais no tender e no navio. Não houve registro de poluição. Proximidades da costa do Município de Porto Belo – SC. Descumprimento de check-list de segurança para içamento da embarcação. Condenação (TM)....... 73/5109, 129

R

RAFAELA BRANDÃO ROCHA E LUCAS LEITE MARQUES

RECINTO ALFANDEGÁRIO

RECINTOS ALFANDEGADOS

Recintos alfandegados – fiscalização – provimento jurisdicional – denegação – contêineres – rotinas operacionais – movimentação e transferência – Operadores Portuários (OP) – Instalações Portuárias Alfandegadas (IPA) – apelação e remessa oficial – provimento. 72/5090, 205

RECLASSIFICAÇÃO FISCAL

Renev

REGIME ESPECIAL

REGIME DE PORTOS

REGIMES ADUANEIROS

- Regimes aduaneiros fiscalização competência drawback-suspensão decadência vinculação física retroatividade produto exportado identidade física ausência desnecessida-

d	e – equivalência – princípios da vinculação físi-	REPORTO	
C	a e fungibilidade – coexistência 73/5153, 204	Reporto – maquinário importado – sinistro –	
R	EGIMES DE LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	transferência para a seguradora – exclusão do	
	egimes de Limitação da Responsabilidade	regime fiscal – legalidade – recurso – despro- vimento	16
	ivil no Transporte Marítimo: Breve Histórico	VIIICIIO 73/3200, 13	
	nternacional e Comentários sobre as Normas	RESOLUTION MEPC.377(80) – IMO STRATEGY ON	
P	ertinentes ao Transporte de Carga no Brasil	REDUCTION OF GHC EMISSIONS FROM SHIPS	
	Ana Carolina Moreira Balbi de Faria e Isabella	A Revisão da Estratégia de Redução de Emissão	
	eis de Brito Fernandes)74/79	de Gases de Efeito Estufa da IMO, Desdobra- mentos e Oportunidades para o Brasil (Francielle	
	EGULAMENTO ADUANEIRO	Carvalho)75/4	7,
	egulamento aduaneiro – retenção de merca-	Navegação e Sustentabilidade: Desafios e Pers-	
	orias – procedimento especial de fiscalização IN SRF 1.169/2011 – legalidade – recurso –	pectivas após a MEPC 8017 (Camila Mendes	
	esprovimento	Vianna Cardoso, Natalie Vergari, Luna Nóvoa Gomes Jaeger e Paulo Henrique Reis de Oliveira)	
	,,,,,,		7
R	EINTEGRA	Resolução MEPC.377 (80) – Adopted on 7 July	
	eintegra – Leis nºs 12.546/2011 e 13.043/2014	2023 – 2023 IMO Strategy on Reduction of GHG	
	Zona Franca de Manaus – exportação – equi-	Emissions from Ships75/6	2
p	aração 76/ <i>5364,</i> 215	• Resolução MEPC.377 (80) da IMO: Avanços e	
R	EINTEGRAÇÃO DE POSSE	Desafios na Redução da Emissão de Gases de	
	eintegração de posse – imóvel público –	Efeito Estufa (GEE) (Werner Braun Rizk e Leivan	. –
	complexo de Suape – benfeitorias – lavouras	Felipe da Silva Carvalho)75/3	5
	detenção – retenção das benfeitorias – direi-	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	
	o – ausência – indenização – desprovimento		
-	precedentes	 Responsabilidade tributária – importação – mer- cadorias avariadas – agente marítimo – pre- 	
R	ELAÇÃO JURÍDICA ADUANEIRA	visão legal – apelação – provimento 74/5226, 20)7
	elação Jurídica Aduaneira (Solon Sehn)76/82		
- 10	ciação juntica / iduancira (501011 5cm)// 0/02	Retenção de mercadorias	
R	ELEVÂNCIA DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO	Retenção de mercadorias – desembaraço adua-	
R	elevância do Inquérito Administrativo sobre	neiro – valores dados em garantia – levan-	
	cidentes e Fatos da Navegação à Estimativa da	tamento – embargos – provimento sem alte- ração de resultado	16
	esponsabilidade Civil (Andréia Propp Arend)		
	76/62	• Retenção de mercadorias – liberação – pe- dido – Tema 1042 – RE 1090591/SC – apela-	
R	enata Reis Ribeiro Amarante Bardella	ção da União e remessa oficial – provimento	
) Standard Probatório "Além da Dúvida Ra-	72/5091, 20)7
	oável" (BARD) Pode Ser Aplicado às Fiscaliza-		
Ç	ões de Valoração Aduaneira?77/71	RETENÇÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS	
_		Processual civil, adiminstrativo e tributário – Re-	
	EPETRO	tenção de mercadorias estrangeiras – Domicílio	
	epetro – restituição do indébito – importação	fiscal conhecido – Intimação prematura realiza- da por edital – Ofensa ao princípio do contra-	
d	e embarcações – ICMS indevido – procedência 77/5428, 198	ditório e ampla defesa – Nulidade do processo	
		administrativo – Liberação dos bens apreen-	
R	epetro- i ndustrialização	didos (TRF 1 ^a R.)	6
R	epetro-Industrialização – venda para entre-		
g	a futura – data da extinção do regime e ter-	Revisão aduaneira	
	no inicial para contagem do prazo para desti-	Revisão Aduaneira à Luz do Princípio da Segu-	
	ação às atividades de exploração – Repetro-	rança Jurídica e da Proteção da Confiança (Paula	. –
-5	Sped 76/5365, 215	Jacques Goulart)73/10)/

Ricardo Falcão e Bruno Fonseca	pensão – IN RFB 1.603/2015 – revogação
 A Praticagem e o Seu Impacto no Agronegócio 	– IN RFB 1.984/202072/5093, 208
(Ricardo Falcão e Bruno Fonseca)75/232	 Siscomex – habilitação – submodalidade ex- pressa – pedido de revisão de estimativas – au-
RODRIGO FIGUEIREDO DA SILVA COTTA, LIVIA SANCHES SANCIO, ALICE MOREIRA STUDART DA FONSECA E LUIZA COELHO GUALBERTO	mento do capital social – suposta simulação – suspensão da habilitação expressa – cerceamento de defesa – reabilitação
 A Extensão dos Efeitos da Cláusula Compromis- sória à Seguradora Sub-rogada – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça75/82 	 Siscomex – informações – obrigação – pres- crição intercorrente – processo administrativo – paralisação – natureza administrativa da infra-
ROSANA KISIL	ção – § 1º do art. 1º da Lei nº 9.873/1999 – incidência – recurso – desprovimento 75/5289, 198
• Sustentabilidade no Setor Marítimo74/226	• Siscomex – majoração – Portaria MF nº 257/2011 – inconstitucionalidade – Tema
\$	1.085 do STF – novo reajuste – Portaria ME nº 4.131/2021 – IPCA – aplicabilidade 75/ <i>5290,</i> 199
Serviço de armazenamento de grãos	Siscomex – multa administrativa – agente ma- rítimo – legitimidade passiva – denúncia es-
 Serviço de armazenamento de grãos – base de cálculo – uso do corredor de exportação – 	pontânea – obrigação acessória – impossibili- dade – improvimento
exclusão - multa - aplicação - falta de trans- parência - atos públicos - presunção de lega- lidade72/5092, 208	 Siscomex – registro de dados – prestação de in- formações fora do prazo – imposição de multa – obrigação acessória – agente de carga – legi-
Serviço de praticagem	timidade – denúncia espontânea – impossibi- lidade
 Serviço de praticagem – fixação de preços – ta- bela do Sindicado das Agências de Navegação Marítima do Estado do Ceará (Sindace) – reper- cussão geral – ausência	• Siscomex – revisão de estimativa – concessão da liminar – requisitos – ausência – recurso desprovido
• Serviço de praticagem – tabelamento de pre- ços – fixação pela entidade sindical – represen- tatividade de categoria	 Siscomex – sistema Radar – habilitação – cancelamento – empresa inexistente de fato – CNPJ – inaptidão – procedimento administrativo – sentença – confirmação
Serviços de transporte ferroviário e movimenta- ção portuária	 Siscomex – taxa – importação por conta e or- dem de terceiros e por encomenda – tributos
 Serviços de transporte ferroviário e movimenta- ção portuária – cláusulas "take or pay" e "frete e porto" – pandemia de Covid-19 – teoria da imprevisão – sentença de procedência – irresig- 	incidentes – restituição – adquirente – legitimidade ativa – pedido – reconhecimento parcial
nação – desprovimento	 Siscomex – taxa de atualização – recurso especial – sobrestamento – recurso extraordinário – prejudicialidade – perda do objeto 77/5432, 202
Primeira Sessão Plenária de 202373/242	SISTEMA MERCANTE
SISCOMEX	Sistema mercante – Conhecimento Eletrônico
 Siscomex – despachante aduaneiro – procura- ção – poderes específicos – inexistência – pres- tação de informações – obrigação – inocor- 	(CE) – desconsolidação – informação – item de carga – modalidade de frete – contêiner parcialmente carregado (LCL)

SOBRE-ESTADIA

rência 77/5431, 201

• Siscomex - habilitação - Portal Habilita - sub-

• Siscomex - habilitação - pedido de revisão

de estimativas - despacho decisório - sus-

modalidade - redução automática - impossibi-

Sobre-estadia – prestadora de serviços adua- neiros – proprietária da carga – responsabili-	União – início – decretação de perdimento
dade solidária – valores pagos – restituição – cabimento	Tarifa portuária
 Sobre-estadia de contêineres – termo de compromisso – mandato outorgando Decre- 	Tarifa portuária – CDA – nulidade do título – inocorrência
to nº 6.759/2009 – validade do foro eleito – agravo – provimento	Tarifa portuária – certidão de dívida ativa – requisitos legais preenchidos – nulidade – ino-
SOLON SEHN	corrência
• Relação Jurídica Aduaneira76/82	Tarifa portuária – débito – natureza não tributá- ria – certidão de dívida ativa – requisitos legais
SPU	 preenchimento – nulidade – inocorrência – título executivo – higidez72/5098, 211
 SPU – multa – ato administrativo – nulidade – construção irregular – regularização – não opor- tunização – Decreto-Lei nº 2.398/1987 – provi- 	Tarifa portuária – natureza – preço público – CDA – nulidade – não ocorrência 75/5292, 201
mento parcial	TECNOLOGÍAS Y CONTROLES BIDIRECCIONALES
SUPRIMENTOS DE BORDO A NAVIOS	Tecnologías y Controles Bidireccionales y Co-
 Suprimentos de bordo a navios – fornecedor – contratação pelo operador do navio – benefi- 	laborativos para la Mejor Gestión Aduanera (Harry Schurig)77/230
ciário – armador ou do transportador marítimo – agente marítimo – ilegitimidade 76/5367, 217	Temas Atuais da Arbitragem Marítima
Sustentabilidade no Setor Marítimo	Arbitragem Marítima: Vinculação da Segurado- ra à Cláusula Compromissória Arbitral (Marcela
Sustentabilidade no Setor Marítimo (Rosana	Kohlbach de Faria)72/46
Kisil)74/226	Direito Marítimo e Arbitragem: o Costume En- quanto Fonte do Direito (Godofredo Mendes Vianna e Paulo Henrique Reis de Oliveira)72/15
Ī	O Caso "Happy Dynamic": a Não Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira no Brasil,
TAINÁ CRISTINA BRAGA, DANIELA LACERDA CHAVES E FERNANDO PIERI LEONARDO	Fruto de Controvérsia Relativa a Contrato de Afretamento Marítimo (Lucas Leite Marques e Rafaela Brandão Rocha)72/30
 Valoração Aduaneira e Arbitramento de Valor na Importação: Critérios e Requisitos de Obser- 	
vância Obrigatória77/17	Terminais pesqueiros públicos
Tarifa de Armazenagem	Terminais pesqueiros públicos – desestatização irregularidades graves – ausência – conces-
"Tarifa de Armazenagem de 15 dias" – repetição de indébito – operações portuárias – desem-	são – prosseguimento – ajustes na modelagem econômico-financeira
baraço aduaneiro – declaração de ilicitude da	Terminais portuários
cobrança – rejeição – cobrança abusiva – não comprovação	• Terminal portuário – contrato de arrenda-
•	mento – serviços de vigilância nos portões de
Tarifa de armazenagem portuária – nature-	acesso aos terminais – cobrança de tarifa – Sú- mulas nºs 5/STJ e 7/STJ74/5232, 209
za jurídica – ofensa reflexa – reelaboração da moldura fática – procedimento vedado na instância extraordinária – agravo – não provimento	Terminais portuários – desestatização – ar- rendamento – medidas necessárias – estima- tivas dos ativos do terminal RIG71 – correção – ciência
TARIFA DE ARMAZENAMENTO	Terminal Database as a success of a declarate
 Tarifa de armazenamento – contêiner – em- baraço no despacho aduaneiro – perdimento 	Terminal – Petrobrás – píer – execução de obras – licenciamento – ausência – contratada – da-

- cobrança - possibilidade - pagamento pela

nı	ANIF — INDIGE GENAE (EUS. 12 d 11)	
•	Terminal de contêineres – arrendatária – responsabilidade contratual – cobertura securitária, proteção e reconstrução – berços de atracação – monitoramento – TCU – oitivas – comunicações – arquivamento	
•	Terminal de operações portuárias – subconces- são – rescisão de contrato – indenização – Sú- mula nº 7/STJ – incidência	
•	Terminal portuário – desmoronamento – responsabilidade civil – caso fortuito – excludente – precedentes desta Corte – arcabouço probatório – suficiência – sentença – manutenção	
	TERMINAL DE USO PRIVADO	
•	Terminal de uso privado – contrato de adesão – obrigações – prazo para atendimento – prorrogação – conhecimento – procedência parcial – recomendação – ciência	
	TERMINAL MARÍTIMO	
•	Terminal marítimo – construção – atividades de pesca – inviabilização – dano, da conduta lesiva e do nexo causal – comprovação – atividade de pesca – exercício – não comprovação	
	Terminal para movimentação de carga geral	
•	Terminal para movimentação de carga geral – Porto de São Francisco do Sul – arrendamento simplificado – conhecimento – procedência – recomendação	
	Terminal portuário	
•	Terminal portuário – ampliação – viabilidade – Antaq – aprovação – possíveis irregularidades 77/5435, 205	
•	Terminal portuário – desunitização – pagamento da armazenagem – caução – possibilidade – cobrança – tabela de importação 77/5436, 206	
•	Terminal portuário – inaplicabilidade – precedentes do STJ – precedentes desta Corte – sentença reformada – recurso conhecido e provido	
	Thális Andrade	
•	Comentários sobre o Impacto da PEC 45/2019 sobre a Tributação Aduaneira77/92	
	THC	
•	THC (Terminal Handling Charge) – capatazia – destinatário dos serviços – importador – co-	

brança - recinto retroportuário - impossibili-

THC2

TRABALHADOR MARÍTIMO

- Trabalhador marítimo atividade especial reconhecimento – prestação de serviço em condições insalubres – comprovação – agente físico ruído – uso de EPI – ARE 664335/SC – apelação do INSS – improvimento..... 73/5162, 215

TRABALHADOR PORTUÁRIO

- Trabalhador portuário verbas previdenciárias – complementação – obrigação de pagamento ajustada em acordo trabalhista – conflito negativo de competência – suscitação 75/5297, 207

TRABALHISTA

TRABALHO PORTUÁRIO

 Trabalho Portuário nos Terminais de Contêineres do Brasil – Retrocesso no Marco Legal e Necessidade de Mudança (Caio Morel Corrêa)

TRANSPORTADORA MARÍTIMA SEM NAVIO

TRANSPORTE

- Transporte hidroviário pessoa com deficiência – acessibilidade – responsabilidade operacional e legal da concessionária – adequação, eficiência, segurança e, se essenciais, continuidade – recurso conhecido e improvido 72/5102, 215

TRANSPORTE INTERNO DE MERCADORIAS

TRANSPORTE MARÍTIMO

- Transporte marítimo dano em carga ação regressiva seguradora cláusula compromissó-

ria – ciência – art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996 - inaplicabilidade - contrato de adesão - não Transporte marítimo – desastre ambiental – derramamento - ácido sulfúrico - Navio Bahamas - prescrição - interrupção - tutela coletiva interesses individuais - salvaguarda... 74/5239, 215 • Transporte marítimo - desembarque das mercadorias em porto diverso - retenção - impos-• Transporte marítimo - detention - conhecimentos de embarque - confirmação da reserva - responsabilidade - devolução dos contêineres – intempérie climática – terminal portuário • Transporte marítimo - distinguishing - avaria - nexo causal - conduta da transportadora existência – responsabilidade objetiva – recurso Transporte marítimo – exportação – atraso no embarque - terminal portuário - serviços - cobrança - emissão de duplicatas diretamente à exportadora – regularidade 77/5441, 211 • Transporte marítimo – extravio de carga – transporte multimodal - nexo de causalidade - demonstração – ausência 77/5442, 212 • Transporte marítimo - free time - sobre-estadia - demurrage - contêineres - prazo concedido para a devolução dos contêineres - atraso retenção - Anvisa - força maior - inexistência Transporte marítimo – granel – CTES – insurgência - descarregamento - tempo chuvoso autorização – ausência – responsabilidade Transporte marítimo – granel – extravio de mercadoria - responsabilidade objetiva do transpor-• Transporte marítimo - obrigação - cancelamento - entraves burocráticos - greves - caso fortuito ou força maior - inocorrência - so-• Transporte marítimo - oleoquímicos - exportação - faturas comerciais - conhecimento de embarque marítimo - dívida - comprovação • Transporte marítimo - pier to pier - desunitização de contêineres - importadora/con signatária – obrigação 73/5170, 221 • Transporte marítimo - quebra de mercadoria - indenizatória - empresa de navegação - citação - revelia - reconhecimento - impossibi-

- Transporte marítimo responsabilidade civil ação regressiva – contrato de seguro – mercadoria a granel – desembarque – perda inferior a 5% – tolerância – descabimento........ 75/5308. 217

Transporte marítimo de cargas

Transporte marítimo de passageiros

TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL

- Transporte marítimo internacional justiça brasileira – incompetência – extinção do feito sem julgamento do mérito – irresignação – acolhimento – local do cumprimento da obrigação73/5175, 226
- Transporte marítimo internacional seguro ação regressiva – transmissão do direito mate-

rial – arts. 3º e 4º da Lei nº 9.307/1996 – ina-TRIBLITÁRIO E ADLIANEIRO plicabilidade......74/5243, 218 • Tributário e aduaneiro. Pena de multa de 1% sobre o valor aduaneiro. Erro no preenchimento TRANSPORTE MULTIMODAL da declaração de importação (di). Erro formal • Transporte multimodal - importação para o escusável, Multa passível de relevação, Decre-Paraguai - taxas portuárias e alfandegárias to-lei 4.543/2002, arts. 654 e 655. Decreto-Lei incidência - demurrage - cobrança - local do 6.759/2009, arts. 736 e 737. Ausência de precumprimento da obrigação - competência juízo ao erário. Princípios da razoabilidade e autoridade judiciária brasileira - agente de car-gas - importadora - responsabilidade 73/5176, 226 TRIBUNAL MARÍTIMO U Ferimento de estivador a bordo de Navio Mercante (NM). Imprudência e negligência. Con-USO DE DOCUMENTO FALSO • Penal - Apelação criminal - Uso de documen-to falso - Documento enviado por meio ele-TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA trônico - Tipicidade - Potencialidade lesiva -• Tributação monofásica - PIS/Cofins - credita-Materialidade e autoria comprovadas - Recurmento - impossibilidade - matéria pacificada so ministerial provido (TRF 2ª R.)...... 73/5111, 142 TRIBLITÁRIO • Tributário. Aduaneiro. Ocultação do real adquirente. Dano ao erário. Pena de perdimento. VISITA DO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE Multa substitutiva. Importador oculto e importa-TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ) dor ostensivo. Art. 23, V, e § 3º do dl 1.455/76. • Tribunal Marítimo Recebe Visita do Diretor da Art. 33 da Lei nº 11.488/07 (TRF 4ª R.)76/5314, 153 Agência Nacional de Transportes Aquaviários Tributário. Apelação e remessa necessária. Iul-(Antag)......74/242 gamento realizado pela sistemática do art. 942 do cpc. Multa. Obrigação tributária acessória W aduaneira. Prescrição intercorrente (TRF 4ª R.) WERNER BRAUN RIZK E LEIVAN FELIPE DA SILVA Tributário. Apelação. Ação de procedimento CARVALHO comum. Imposto de importação. Despesas com • Resolução MEPC.377 (80) da IMO: Avanços e capatazia. Inclusão no conceito de valor adua-Desafios na Redução da Emissão de Gases de neiro. Tema 1014/STJ. Improvimento (TRF 2ª R.) Efeito Estufa (GEE)......75/35 • Tributário, Apelação, Imposto sobre produtos in-X dustrializados. IPI. Incidência no desembaraco aduaneiro e na revenda no mercado interno. Le-XIII WORKSHOP DE DIREITO MARÍTIMO gitimidade da incidência. EREsp 1.403.532/SC. Tema 912 STJ. RE 946.648/SC. Tema 906 STF • Tribunal Marítimo promoveu o XIII Workshop (TRF 1ª R.) 77/5380, 118 de Direito Marítimo72/242 • Tributário. Mandado de segurança. Regime de XIV WORKSHOP DE DIREITO MARÍTIMO trânsito aduaneiro. Embarque e entrega de pecas de reposição a embarcações em viagem • XIV Workshop de Direito Marítimo76/238 internacional. IN SRF nº 248/2002. Artigos 318 • XV Workshop de Direito Marítimo77/243 e 319 do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759/2009). Viagens de cabotagem (TRF 3ª R.) Z

ZONA DE INTERESSE PORTUÁRIA

• Tributário, PIS e Cofins, Receitas, Imunidade, Va-

lores recebidos por empresa que atua com praticagem. Tomador do serviço. Embarcação estran-

geira. Contratante. Agência marítima (TRF 4ª R.)